6ª Zona Eleitoral - Bataguassu	33
Portarias	33
12ª Zona Eleitoral - Coxim	33
Sentenças	33
15ª Zona Eleitoral - Miranda	34
Portarias	34
19ª Zona Eleitoral - Ponta Porã	35
Sentenças	35
Editais	35
22ª Zona Eleitoral - Jardim	36
Editais	36
48ª Zona Eleitoral - Chapadão do Sul	37
Portarias	37
Editais	37
MINISTÉRIO PÚBLICO ELEITORAL	38
Procuradoria Regional Eleitoral	38
Atos do Procurador	38

PRESIDÊNCIA

Gabinete

Portarias

PORTARIA PRESIDÊNCIA Nº 284/2019 TRE/PRE/GABPRE

O DESEMBARGADOR JOÃO MARIA LÓS, PRESIDENTE DO EGRÉGIO TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE MATO GROSSO DO SUL, no uso das prerrogativas que lhe são conferidas pelo artigo 22, inciso VI, da Resolução nº 170, de 18.12.97 - Regimento Interno deste Tribunal,

Considerando o disposto nos artigos 14 e 17 da Resolução nº 171/2013 do CNJ;

Considerando o Plano Anual de Auditoria - PAA, relativo ao exercício de 2019, aprovado pela Decisão n. 5/2019 - TRE/PRE/GABPRE (0598179) e alterado pela Decisão nº 317/2019 TRE/PRE/ASJES (ID 0719438), Processo SEI nº 0011134-14.2018.6.12.8000;

Considerando a Comunicação Interna nº 951/2019 (0733198) - TRE/PRE/CCIA/SCAA;

RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a realização da Auditoria de aferição do cumprimento das Diretrizes da ENTIC-JUD - Resolução CNJ nº 211/2015 (Estratégia Nacional de Tecnologia da Informação), com o objetivo de avaliar a aderência do TRE/MS às suas diretrizes e aferir, especificamente na área de tecnologia da informação e comunicação, o estágio de maturidade da governança, da gestão e da infraestrutura tecnológica.

Art. 2º. Designar para compor a equipe de trabalho, que atuará na auditoria, os servidores: Alessandra Falcão Gutierrez de Souza (supervisora da auditoria), Nivaldo Azevedo dos Santos (líder de equipe) e Marcelo Nascimento França (membro).

Art. 3º. Informar que os trabalhos de auditoria serão realizados no período de outubro a dezembro de 2019, conforme cronograma previsto.

Art. 4º. Os trabalhos de auditoria serão realizados em observância aos normativos vigentes que tratam sobre o processo de auditoria, em especial aqueles expedidos pelo Conselho Nacional de Justiça, Tribunal de Contas da União, Tribunal Superior Eleitoral e pelo Instituto dos Auditores Internos do Brasil IIA Brasil.

Art. 5º A Equipe de Auditoria terá livre acesso às informações necessárias para a realização dos trabalhos.

Art. 6º. A COPES deverá efetuar o registro da equipe de auditoria no Sistema IMO, na aba Grupos de Trabalho.

Art. 7º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Campo Grande, 14 de outubro de 2019.

Desembargador JOÃO MARIA LÓS

Presidente

CORREGEDORIA REGIONAL ELEITORAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

DIRETORIA-GERAL

(NÃO HÁ PUBLICAÇÕES NESTA DATA)

SECRETARIA JUDICIÁRIA

Coordenadoria de Registros e Informações Processuais

Decisões/Despachos

AGRAVO REGIMENTAL NA AÇÃO CAUTELAR Nº 97-02.2016.6.12.0000 - CLASSE 1ª

AGRAVANTE: SIGILOSO

AGRAVADA: SIGILOSO

AGRAVADA: SIGILOSO

ADVOGADO: ELVISLEY SILVEIRA DE QUEIROZ - OAB: 8.988/MS

AGRAVADO: SIGILOSO

ADVOGADO: RENATO DA SILVA CAVALCANTI - OAB: 8.934/MS

AGRAVADO: SIGILOSO

AGRAVADO: SIGILOSO

AGRAVADO: SIGILOSO

AGRAVADO: SIGILOSO

ADVOGADO: ELTON LUIS NASSER DE MELLO - OAB: 5.123/MS

ADVOGADO: THIAGO FERNANDES BOVERIO - OAB: 22.432/DF

ADVOGADA: DANIANE MANGIA FURTADO - OAB: 21.290/DF

ADVOGADO: RUBEN ANTONIO MACHADO VEIRA MARIZ - OAB: 28.389/DF

ADVOGADO: JOSÉ RIZKALLAH JÚNIOR - OAB: 6125/MS

RELATOR: JUIZ DJAILSON DE SOUZA